

INDICADORES DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: PONTOS E CONTRAPONOTOS*

SPECIAL EDUCATION ENROLL INDICATORS IN THE WESTERN AMAZON: POINTS AND COUNTERPOINTS

Márcia de Fátima Barbosa Corrêa 1
Karen Brissow Pinheiro 2
Anna Augusta Sampaio de Oliveira 3

Resumo: O presente capítulo analisa os indicadores de matrícula dos alunos público-alvo da Educação Especial, na rede regular de ensino do Estado de Rondônia, Amazônia Ocidental, entre 2008-2018, destacando os pontos e contrapontos desses dados em relação aos estudos descritos. A metodologia empregada foi a revisão de literatura e análise documental utilizando como fonte de dados as Sinopses estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. A análise foi realizada por meio do cotejamento por tipo de escolarização das matrículas em Educação especial, classes comuns e classes exclusivas e por categoria específica do público-alvo da Educação Especial. Os dados revelaram que no período estudado, a situação do Estado de Rondônia se assemelha a situação nacional, indicando maior número de matrículas na categoria da deficiência intelectual, baixa taxa de crescimento e apresentando apenas indicadores gerais, sem estudo da evolução das matrículas que permitisse observar o movimento do PAEE em seu processo de escolarização: matrícula-permanência-conclusão.

Palavras-chave: Matrícula. Educação Especial. Rondônia. Amazônia Ocidental.

Abstract: The present study analyzes the enrollment indicators of students directed to special education, in the regular education network of the state of Rondônia, Western Amazon, between 2008 and 2018, highlighting the points and counterpoints of these data in relation to the studies described. The methodology used was literature review and document analysis, using Synopses from the Elementary School Census. The analysis was performed comparing the type of schooling of enrollments in special education, common classes and exclusive classes and specific category of the target audience of special education. The data revealed that, in the period studied, the situation in the state of Rondônia is similar to the national situation, indicating a higher number of enrollments in the category of intellectual disability, low growth rate and presenting only general indicators, with no data on the study of the evolution of enrollments, which would allow observing the movement of the special education target audience in their school process: enrollment-permanence-completion.

Keywords: Enrollment. Special Education. Rondônia. Western Amazon.

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Câmpus Marília-SP. Mestre em Educação (UFMT). Professora EBTT do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Câmpus Porto Velho Calama. Coordenação de Curso de Licenciatura em Física (CCLF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0990899605661204>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4727-1388>. E-mail: marcia.barbosapvh@gmail.com 1

Graduanda em Licenciatura em Física pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3902078699642917>. E-mail: wpkarenfv@gmail.com 2

Livre-docente em Educação Especial (UNESP). Pós-doutorado em Educação Especial (USP). Doutora em Educação (UNESP). Docente de graduação e Pós-Graduação. Departamento de Didática. UNESP - Marília (SP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0053554769698449>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8675-967X>. E-mail: anna.augusta@unesp.br 3

*Trabalho apoiado e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

O Brasil tem uma extensão territorial de 8.515.767.049 km², de acordo com IBGE (BRASIL, 2012), por isso, torna-se mais complexo para o sistema nacional de educação realizar análise e interferência pontual na realidade nos territórios longínquos, considerando tamanha extensão. Para isso, o Censo escolar tornou-se uma ferramenta fundamental para o sistema educacional, pois por meio dele é possível para os atores políticos e educacionais compreenderem a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como, das escolas e, com isso, acompanharem a produção e efetividade de políticas públicas. Possibilidade que alcança a Amazônia Brasileira que, a partir da necessidade do governo de unir regiões com iguais problemas para planejar e promover o desenvolvimento instituiu o conceito político Amazônia Legal, dividindo-a em Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental, sendo a primeira constituída pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Acreditamos que os referidos conceitos políticos também podem ter sido instituídos pelo fato de o “território brasileiro estar passando por constantes e intensos processos de transformação e precisa ser identificado em sua diversidade”, conforme BRASIL (2017, p.19).

Dada essa diversidade territorial, as pessoas com deficiências, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação nomeados, “público-alvo da Educação Especial” (PAEE), assim como de outros grupos minoritários, como negros, mulheres, indígenas, população ribeirinha, fazem parte dessa diversidade que compõem a Amazônia Ocidental e, historicamente, sofrem com as mais diferentes formas de exclusão, tendo seus direitos cerceados tanto na sociedade quanto na escola.

O Brasil, como forma de combater à exclusão e com o objetivo de efetivar os direitos sociais garantidos na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), publicou em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) (Política EE)¹ que contextualiza e problematiza as formas de educação do PAEE, colocando entre outras ações imediatas a obrigatoriedade das matrículas desse público em escolas de ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE).

Há um considerável número de pesquisas sobre os indicadores de matrícula de alunos PAEE, dentre elas, Bueno; Melletti (2013, 2014), Laplane (2015), Rebelo; Kassar (2018), estudos esses que foram realizados em âmbito nacional, por regiões, estados e municípios. E, para somar as investigações no campo de análise das matrículas do referido público, definimos como problema para esse estudo: qual o panorama das matrículas do PAEE na Educação Básica, do Estado de Rondônia, o qual compõem a Amazônia Ocidental, no período entre 2008-2018? Para responder ao problema formulado traçamos como objetivo analisar os indicadores de matrícula dos alunos PAEE na rede regular de ensino, do Estado de Rondônia, entre 2008-2018, destacando os pontos e contrapontos desses dados em relação aos estudos descritos.

A justificativa para o recorte temporal (2008-2018) está diretamente relacionada ao ano de divulgação da Política Nacional EE (BRASIL, 2008) e ao último censo escolar (MEC/INEP, 2018), assim como, o marco final conflui com os dez anos de publicação da referida política. A sistematização e análise dos dados das *Sinopses Estatísticas do Censo Escolar* do período indicado podem colaborar para uma visão geral sobre as matrículas da Educação Especial em Rondônia, Amazônia Ocidental, sintetizando informações pelo período de dez, assim como, constitui uma referência para professores, estudiosos e pesquisadores da área.

Diante do problema e objetivos estabelecidos partimos do levantamento bibliográfico, traçando uma linha temporal entre 2008-2018 dos estudos realizados, com objetivo de compreender o foco dos estudos realizados sobre indicadores de matrícula na Educação Básica de alunos PAEE. Realizada essa etapa, descrevemos as fases em que foi conduzido o estudo, para então, analisarmos os dados das Sinopses do período igualmente determinado para o levantamento bibliográfico.

¹ Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, doravante Política EE.

Estudos sobre indicadores de matrícula de alunos PAEE: levantamento bibliográfico

Estudos em Educação têm como foco os indicadores de matrícula de alunos PAEE como balizadores para implementação de políticas públicas e problematização da efetivação da legislação nacional. Posto isto, buscamos através deste levantamento, apresentar um panorama geral em linha temporal (2008-2018) de estudos sobre a temática.

A base de dados eleita para pesquisa foi o Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (<http://oasisbr.ibict.br/vufind/>) e foram utilizados os descritores: “Educação especial”; “indicadores de matrículas”; “censo escolar”. A busca é indicada pelo sistema como possibilidade de utilização dos termos em todos os campos, por meio da busca avançada. A pesquisa foi realizada em 10 março de 2020, às 10 horas (horário de Rondônia), com tempo de busca de 0.60s. Como resultados, inicialmente tivemos 52 produções, sendo: 24 dissertações, 16 artigos, 11 teses, 06 outros tipos de documentos e 01 relatório. A partir desse resultado aplicamos os filtros: idioma “português” e ano de publicação “2008 a 2018”, retornando 48 trabalhos que foram sistematizados no quadro 1: ano de publicação, tipo de produção acadêmica (relatório, tese, dissertação, artigo e outro tipo documento) e quantidade.

Tabela 1. Produções acadêmicas que trataram de indicadores de matrícula na Educação Especial

Ano	Relatório	Tese	Dissertação	Artigo	Outro tipo doc.	Quantidade
2008	-	-	-	-	-	0
2009	-	-	-	-	-	0
2010	1	-	-	-	-	1
2011	-	2	1	2	-	5
2012	-	1	2	1	2	6
2013	-	3	2	1	-	6
2014	-	-	2	2	1	5
2015	-	-	1	1	-	2
2016	-	1	4	1	2	8
2017	-	2	4	1	1	8
2018	-	1	1	5	-	7

Fonte: Banco de Dados de pesquisa (CORRÊA; PINHEIRO; OLIVEIRA, 2020)

Por se tratar de uma base de dados que hospeda diferentes produções, de diferentes instituições e programas de pós-graduação, dos 48 trabalhos sistematizados no quadro 1, excluíram-se 38, por apresentar os seguintes eventos: i) produções repetidas, ora registrado como um tipo de documento, ora como outro, total 14; ii) produções registradas em duas categorias porém, com mesmo título, autor e objeto de estudo, total 06; iii) produções que tratavam de indicadores de uma única categoria específica do PAEE, limitando a análise a uma só categoria, total 07; iv) produções acadêmicas que embora apresentassem algum ou até mesmos todos os descritores, não tratavam de indicadores de matrículas, do foco deste estudo, total 10.

Diante disso, as produções eleitas para análise foram 11, constituindo o *corpus* de descrição do período (2008-2018) dos estudos que trataram especificamente sobre indicadores de matrícula de alunos PAEE. Com isso, os resultados encontram-se apresentados por ano de publicação das produções, delineando uma linha temporal.

O primeiro trabalho que apresentamos foi conduzido por Cruz; Martins (2012), cujo

objetivo foi identificar e analisar o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)² ao ensino fundamental no estado de São Paulo no quadriênio (2007-2010), a partir de dados estatísticos do censo escolar do ensino fundamental das pessoas com deficiência. Para análise as autoras realizaram o seguinte agrupamento: a) por série e anos iniciais e finais; b) por série; c) por anos iniciais e finais; d) indicadores de permanência. Os resultados problematizam as matrículas, quanto à expressividade na 3ª série e 4º ano e discrepâncias a partir da 4ª série e 5º ano. Contudo, as autoras reconhecem avanços no acesso das matrículas, atribuindo esse avanço aos documentos normativos vigentes e indicam a necessidade que corroboram para o processo de educação das pessoas com NEE no ensino regular e a necessidade de investir na investigação dos dados da realidade para compreensão do acesso desse público ao sistema regular de ensino.

Laplane (2014) buscou refletir sobre os rumos da inclusão, abordando a política, as condições e as estratégias dos sistemas de ensino para acolher e educar os alunos com deficiência³, a partir dos dados de matrícula de alunos PAEE no Brasil (2007-2012), no estado de São Paulo, no município de Campinas e as informações fornecidas por gestores e professores. Como resultado da pesquisa, destaca que o número de matrículas de alunos PAEE, atestado pelas escolas que informam o Censo Escolar, indica um aumento considerável, nos últimos seis anos, na rede de educação básica no país. De acordo com a autora, esses números apontam uma parcela ainda pequena de alunos matriculados na educação infantil e no ensino médio, uma concentração maior nas primeiras séries do ensino fundamental e um número discreto de alunos na educação de jovens e adultos (EJA).

Um trabalho igualmente importante, principalmente pela extensão, foi o realizado por Castro (2015), o qual teve como objetivo analisar os efeitos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em relação ao número de matrículas de alunos PAEE em cada Região brasileira (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), analisando a distribuição dessas matrículas entre as modalidades de ensino e as dependências administrativas no período de 2009 a 2013, estabelecendo panorama geral sobre o alcance da Política Nacional EE em relação às matrículas. A pesquisa foi classificada como descritiva e aponta entre outros resultados: a) expressivo aumento nas matrículas de alunos PAEE em classes comuns do ensino regular; b) as classes especiais do ensino regular sofreram reduções no número de matrículas nas cinco Regiões; c) matrículas em escolas exclusivamente especializadas, foram reduzidas nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste e ampliadas na Região Sul. Com isso, a autora considera importante a pesquisa para obtenção de panoramas sobre as matrículas de alunos PAEE o que pode refletir diretamente para a elaboração de leis e políticas educacionais, não desprezando seus limites.

Hass e Gonçalves (2015) analisaram a oferta da EJA no Rio Grande do Sul (RS), abordando as políticas públicas de acesso dos jovens e adultos com deficiência e cotejando com os indicadores de matrículas em âmbito nacional. Para isso, analisou a distribuição desse público nas instâncias pública e privada (filantrópica, comunitária, confessional e particular) com objetivo de compreender a relação público/privado na implementação das políticas de acesso à educação de jovens e adultos com deficiência no RS. Os microdados do Censo Escolar da Educação Básica (2007-2013) e o Censo Demográfico (2010) foram fonte de dados para realização da pesquisa. A partir das questões estabelecidas para análise as autoras apresentam uma realidade que vai na contramão da política e legislação nacional, dentre elas, destacam: a concentração das matrículas escolares desses sujeitos ocorre no atendimento substitutivo, por meio das classes especiais de EJA com intensa atuação das instituições filantrópicas no estado e consideram que, a garantia do direito à educação do jovem e adultos com deficiência, persiste como aspecto marginal no estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa de Goessler (2016) buscou responder a questão: O que as trajetórias esco-

2 O termo Necessidades educacionais especiais (NEE) foi utilizado pelas autoras como forma de **identificação dos alunos da educação especial**, conforme a Resolução SE nº 11, de 31 de janeiro de 2008 (SÃO PAULO, 2008d, art. 1º). Portanto, o referido trabalho, neste estudo, foi utilizado como fonte de dados e de análise por contemplar o PAEE.

3 Embora Laplane (2017) utilize os termos “aluno com deficiência” e “necessidades especiais” a pesquisadora refere-se ao PAEE quando cita na p. 193, os documentos que definem esse público.

lares de alunos com Necessidades educativas especiais (NEE)⁴, em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) revelam sobre os resultados da articulação de políticas de educação profissional e educação especial na perspectiva inclusiva? Para isso, a autora analisou documentos institucionais do IFPR, dados do Censo escolar (2009-2013) e como aporte teórico autores /pesquisadores da educação profissional e educação especial. Os resultados da pesquisa apontaram que houve aumento do número absoluto de matrículas de alunos com NEE tanto no Ensino Médio como na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, porém esse aumento se comparado com as matrículas em cada categoria PAEE foi considerado ainda pequeno pois, não ultrapassa 1% das matrículas totais. Mas, o que mais chama atenção é que cresceram o número de alunos com NEE matriculados no IFPR, porém, no mínimo, 51,72% não concluíram seus cursos. Isto significa dizer que os alunos com NEE tiveram acesso, no entanto, não conseguiram permanecer e até mesmo concluir os estudos de educação profissional. Com isso, a autora atribui esses resultados ao fato de o IFPR não ter consolidado políticas de atendimento aos alunos com NEE, como estabelece as legislações nacionais, considerando que talvez justifique alto índice de fracasso escolar.

Outro estudo, sobre indicadores de matrícula de alunos PAEE, foi conduzido por Balbinot e Haubert (2017), no estado do Rio Janeiro, com o objetivo de analisar os indicadores da evolução do processo de inclusão escolar desses sujeitos, no período de 2005 a 2014. Como metodologia, os autores denominam como um estudo ecológico, utilizando dados provenientes de Censos Educacionais. Diante dos dados coletados os autores apresentam os seguintes resultados: houve retração nas matrículas da educação básica, enquanto houve aumento daquelas caracterizadas como da educação especial. Quanto às modalidades de atendimento, observaram que houve uma redução das matrículas em escolas exclusivamente especializadas, assim como nas classes especiais. Por outro lado, constatou-se aumento de matrículas para classe comum. Com isso, os autores inferem que a educação não está indiferente, mas, sim sensível às questões da educação especial e na busca pelo aperfeiçoamento para atendimento a esse público, conforme modelo proposto pelas políticas atuais.

Com o método de estudo definido como tipo ecológico, e com utilização de dados secundários dos Censos Educacionais de matrículas entre 2005 e 2013, Balbinot (2017) realizou pesquisa com o objetivo de analisar, através das matrículas na educação básica e da educação especial, a evolução do processo de inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais⁵ na educação do Estado do Espírito Santo. Para isso, foram analisadas 8.397.364 matrículas da Educação Básica, destas 143.927 da Educação Especial. Como resultados evidenciou retração de 1% nas matrículas da educação básica, entretanto, não ocorreu variação nas matrículas da Educação Especial. Já em relação às modalidades de atendimento, observou-se redução nas matrículas para escola exclusivamente especializada em 30%, enquanto as matrículas em classe comum com atendimento educacional especializado (AEE), constatou-se um aumento de 16%. E, como considerações, o autor destaca que a Educação Especial no Estado do Espírito Santo apresentou mudança em seu paradigma de atendimento, sendo evidente a evolução em consonância com os ideais e direitos garantidos pela legislação vigente.

Com os objetivos de analisar a oferta de escolarização a jovens e adultos com deficiência, por meio da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em classes comuns e especiais, no estado do Rio Grande do Sul, bem como, cotejar com os indicadores estatísticos em âmbito nacional, abordando as políticas públicas de acesso desse público, Hass; Silva; Ferraro (2017) realizaram análise do número de matrículas dessas crianças e adolescentes em relação à idade e à etapa/modalidade de ensino, nas classes de ensino comum e nas classes/escolas especiais, com particular atenção à etapa do ensino médio (2000-2013) e, observaram que o percentual de conclusões entre estudantes com deficiência no ensino médio com a idade

4 A autora adotou o uso a nomenclatura Necessidades Educacionais Especiais e a sigla NEE, fazendo referência ao grupo de pessoas com deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, denominado na Política Nacional EE de PAEE.

5 Considerando, as referências à Educação Especial expostas por Balbinot (2007) durante o texto, a utilização dos dados do Censo Escolar do período de 2005 e 2013, trazem informações sobre as matrículas na Educação Especial, ao utilizar os termos "portadores de necessidades especiais" e "educandos com necessidades educacionais o autor se refira ao PAEE.

esperada (dezessete anos) é inferior a 5% do total das matrículas nessa faixa etária nas classes comuns do ensino regular. Também observaram a retenção de estudantes com deficiência, com idade além dos seis anos, na educação infantil, bem como, no ciclo considerado de alfabetização (primeiro ao terceiro ano), indícios que se ampliam nas escolas/classes especiais, contrariando as normas e orientações nacionais. Por fim, o estudo aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas para a construção de trajetórias de êxito escolar e o maior monitoramento das irregularidades relativa à garantia do direito à educação para esse público.

O estudo de Macalli (2017), analisou em três municípios do interior paulista (Araraquara, Taquaritinga e Ibaté) a trajetória escolar dos alunos com deficiência, utilizando como fonte de análise os microdados do Censo Escolar da Educação Básica, referentes às matrículas de alunos com deficiência, nos anos de 2007 a 2015. A pesquisadora analisou as trajetórias escolares de 1.782 alunos com deficiência individualmente e os resultados mostram que não há disparidade nos índices de trajetórias completas, parciais e incompletas com retenção escolar e distorção idade x série entre os municípios e, sugere, que o fato se deve a possível adoção pelos mesmos programas, serviços e/ou ações similares para escolarização dessa população.

Preti (2017) teve como foco perceber e compreender a cobertura das matrículas de aluno com NEE⁶. Para isso, levantou dados nacionais (INEP e IBGE) e dados internacionais (UNESCO) a fim de verificar um contexto de políticas que indicam a universalização do ensino básico, objetivando identificar e analisar como dados oficiais indicam o aumento ou queda do acesso de alunos com NEE na rede regular. Como fonte de dados utilizou Relatórios de Monitoramento da Unesco (2010-2015), Índices de matrículas de alunos com NEE, disponibilizados pelo INEP, dados do Censo Demográfico (2010) e dados estatísticos da UNESCO. Com referência aos dados encontrados, aponta que: i) há cada vez mais pessoas fora das escolas e que a quantidade de homens nas escolas é em grande parte maior do que de mulheres; ii) o maior índice de pessoas com deficiência permanente se encontra no sexo masculino e em sua maioria com deficiência intelectual; iii) Nas três modalidades trabalhadas (regular, especial e EJA) é evidente as debilidades de um sistema pretensiosamente igualitário, de qualidade e universal; iv) pessoa com deficiência tem suas condições de segregação potencializadas por ser negra ou parda; v) maioria de matrículas no ensino fundamental I, o que justifica o descaso dos governantes e o interesse em continuar a formação da população mais pobre apenas para o mercado de trabalho; vi) quanto à idade se agravam em relação às pessoas com NEE ao verificarmos que na modalidade regular o índice de matrículas é pequeno em relação ao comparado com a quantidade desses alunos matriculados na EJA; e, vi) quanto às matrículas de alunos com NEE referente a sua localização, os dados indicam uma baixa população destas pessoas matriculadas na zona rural.

O objetivo do estudo de Macalli; Gonçalves; Caiado (2018) foi analisar o fluxo escolar dos alunos com deficiência⁷ em um município do interior paulista. Para isso, realizaram levantamento dos dados oficiais do município, divulgados no Censo Demográfico de 2010, e analisaram os Microdados de Censo da Educação Básica, referentes às matrículas de alunos com deficiência entre 2007 a 2011. Os resultados mostram que grande parte dos alunos com deficiência no município apresentam o fluxo escolar interrompido e que o objetivo da implementação do Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”⁸ e seus desdobramentos no município, não foi satisfatório, pois não conseguiu reverter os altos índices de defasagem idade-série, repetência e evasão escolar.

Diante das pesquisas analisadas evidenciamos *pontos* e *contrapontos* dos indicadores de matrícula da Educação Especial: **a) Pontos:** o aumento de matrículas em classes comuns do ensino regular; reduções nas classes especiais e escolas exclusivamente especializadas; ma-

⁶ Preti (2017, p. 14) ao utilizar a nomenclatura NEE, refere-se a pessoas com deficiência (mental, visual, auditiva, física, múltipla), com condutas típicas e/ou altas habilidades, portanto PAEE.

⁷ “Alunos com deficiência”, nomenclatura utilizada por Macalli, Gonçalves e Caiado (2018) para nomear “alunos público alvo a educação especial”.

⁸ De acordo com Macalli, Gonçalves e Caiado (2018, p. 3) O Ministério da Educação criou em 2003 o Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujo objetivo final era efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares

trículas de alunos PAEE no Ensino Médio e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio; existência de programas, serviços e/ou ações similares para a escolarização do PAEE; mudança no paradigma de atendimento do PAEE; busca por aplicabilidade das políticas recentes que propõem a inclusão. **b) Contrapontos:** a região Sul apresentou aumento nas escolas exclusivamente especializadas e redução nas outras classes; concentração maior de alunos com deficiência nos primeiros anos do Ensino Fundamental; baixo número de matrículas no Ensino fundamental II segmento e na EJA; interrupção de fluxo escolar; baixo número de conclusões dos cursos Ensino Médio e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio pesquisados; ocorrência de atendimento substitutivo, por meio das classes especiais de EJA; a segregação pode influenciar no percentual de conclusões do ensino regular; houve, segundo estudos, retenção de estudantes com deficiência com idade além dos seis anos na educação infantil; falta de políticas públicas voltadas para a construção de trajetórias de êxito escolar e o maior monitoramento das irregularidades.

Procedimentos Metodológicos

Por meio de revisão de literatura e análise documental, buscamos responder ao objetivo proposto da pesquisa, utilizando como fonte de dados a *Sinopse Estatística do Censo escolar* do período de 2008-2018.

A revisão de literatura foi centrada em evidenciar o problema dentro da área de estudo, assim como para a análise do referencial, como sugere Alves-Mazzotti (2006). A análise documental parte da perspectiva de Cellard (2008, p. 9), quando afirma que o documento é “tão incompleto, parcial e impreciso”.

Para realização da pesquisa documental recorreremos ao *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) através do endereço (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>), dados Censo Escolar – Sinopses estatísticas da Educação Básica (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>), a partir daí, percorremos as seguintes etapas: 1) Identificação da guia com os dados das matrículas relativas a Educação Especial em cada ano/planilha; 2) Exploração das planilhas; 3) Realização de *download* dos arquivos referentes a 2008-2018; 4) Identificação dos dados de cada ano/planilha; 5) Extração dos indicadores de matrícula relativos à *Educação básica, Educação Especial, classes comuns e classes exclusivas* no Estado de Rondônia; 6) produção de gráficos e tabelas; 7) análise dos dados. A análise foi empreendida com foco nos indicadores de matrícula do PAEE no estado de Rondônia, considerando as implicações da política do Estado para esse público.

Resultados e discussões

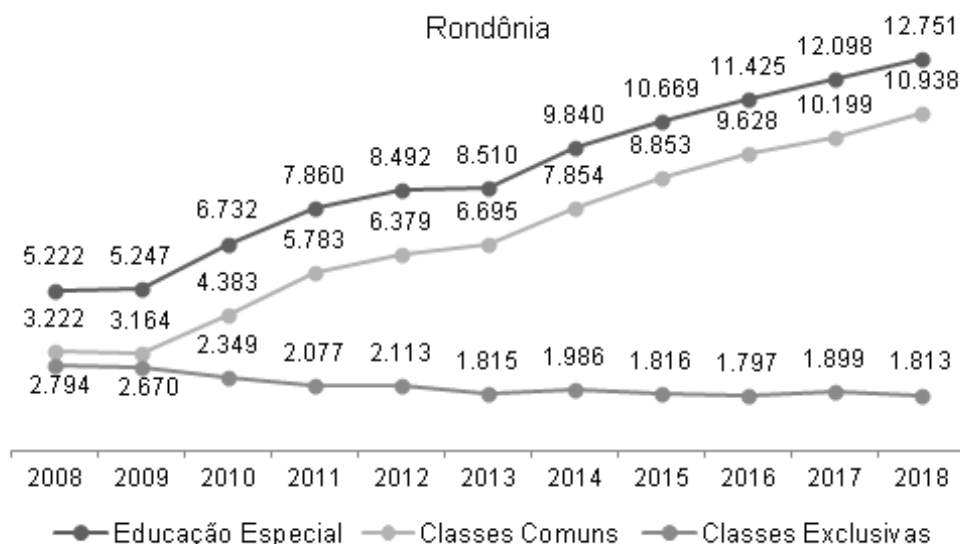
As matrículas de alunos PAEE no Estado de Rondônia, Amazônia Ocidental

Realizadas as etapas de coleta, organização dos dados e utilizando como fonte as *Sinopses Estatísticas da Educação Básica* do INEP, são apresentadas e analisadas as matrículas dos alunos PAEE: por tipo de escolarização, por matrículas e por tipo de necessidade educacional especial, conforme organização da planilha do Censo.

Analisar dados do Censo Escolar, não é tarefa fácil, pela complexidade de coleta e disponibilização dos dados, ainda mais quando isso é ampliado em razão da questão específica da Educação Especial, que de acordo com LDB nº 9.394/96, entre outros documentos normatizadores, pressupõem a transversalidade da referida modalidade.

Na Tabela 1, evidenciamos o crescimento anual de matrículas e no Gráfico 1 os indicadores de matrícula da Educação Especial. Por meio das referidas ilustrações demonstramos os indicadores de matrícula, por tipo de escolarização: *educação especial, classes comuns, classes exclusivas*, ao mesmo tempo que elas nos permitem visualizar evolução das matrículas através das taxas no Estado de Rondônia, Amazônia Ocidental no período de 2008-2018.

Gráfico 1. Indicadores de matrícula da Educação Especial por tipo de escolarização no Estado de Rondônia 2008-2018



Fonte: CORRÊA; PINHEIRO; OLIVEIRA (2020) com base nas Sinopses Estatísticas Censo da Educação Básica do INEP (2008-2018)

O gráfico 1, demonstra que houve evolução, no decorrer desses dez anos de publicação da Política EE (2008), nas matrículas na Educação Especial em Rondônia, de 5.222 em 2008 para 12.751 em 2018. O que reflete diretamente nos indicadores de matrícula nas *Classes Comuns*, de 3.222 para 10.938 no mesmo período. O que para Laplane (2015) ao mesmo tempo que esse aumento de matrículas é promissor, os dados não são suficientes para conhecer as condições da escolarização desses alunos no sistema escolar como permanência, participação e desempenho. Nas *Classes Exklusivas* aconteceu um decréscimo no período, de 2.794 em 2008 para 1.813 em 2018.

A fim de calcular a porcentagem de crescimento das matrículas para cada ano, em comparação com seu anterior, utilizamos a equação (1):

$$T_c = \frac{f - i}{i} \times 100 \quad (1)$$

Onde T_c é a taxa de crescimento, f é o número de matrículas do ano a ser analisado e i é o número de matrículas do ano anterior.

Tabela 1. Crescimento anual de matrículas por classe no Estado de Rondônia

	Educação Básica	Educação Especial	Classes Comuns	Classes Exklusivas
2008	-	-	-	-
2009	2,60%	0,48%	-1,80%	-4,44%
2010	-1,08%	28,30%	38,53%	-12,02%
2011	-1,28%	16,76%	31,94%	-11,58%
2012	-0,93%	8,04%	10,31%	1,73%
2013	-1,10%	0,21%	4,95%	-14,10%

2014	-1,16%	15,63%	17,31%	9,42%
2015	-1,57%	8,42%	12,72%	-8,56%
2016	-1,58%	7,09%	8,75%	-1,05%
2017	-3,44%	5,89%	5,93%	5,68%
2018	-0,91%	5,40%	7,25%	-4,53%

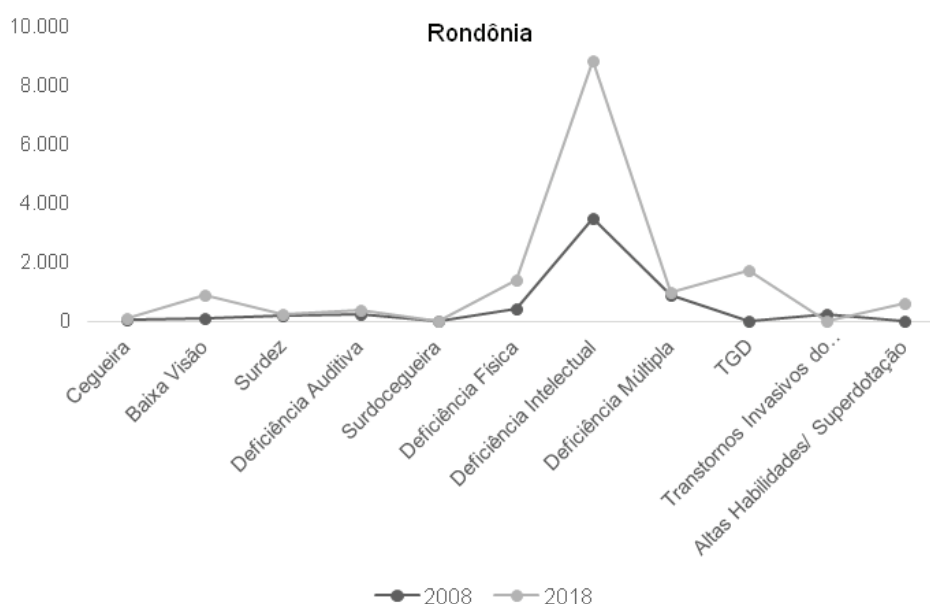
Fonte: CORRÊA; PINHEIRO; OLIVEIRA (2020) com base nas Sinopses Estatísticas Censo da Educação Básica do INEP (2008-2018)

Considerando a tabela 1, observamos que, em Rondônia, a Educação Básica teve um crescimento de matrículas de 2,60% em 2009, porém, nos anos seguintes, foi perceptível um decréscimo médio de 1,45%. Enquanto na Educação Especial, houve um crescimento médio de 9,62% nas matrículas. Na *Classe Comum*, após um decréscimo inicial de 1,80% em 2009, ocorreu um crescimento médio de 15,30% nos anos posteriores. Já na *Classe Exclusiva*, intercorreu um decréscimo médio de 3,94%. Portanto, os dados das Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Básica do INEP (2008-2018) indicam que houve crescimento das matrículas do alunos PAEE nas *Classes comuns* no Estado de Rondônia no período em estudo e um decréscimo nas *Classes Exclusivas*.

Muito embora esse crescimento não esteja necessariamente relacionado ao cumprimento do ciclo escolar (matrícula, permanência e conclusão com êxito) nas séries/anos que os alunos estejam matriculados e que também “não designa necessariamente o número de alunos nas escolas, devido às duplas matrículas, de fato não se sabe ao certo qual foi o avanço da escolarização da população-alvo da Educação Especial no período”, conforme problematização de Rebelo e Kassar (2018, p. 297-298), acreditamos que os indicadores constituem em linhas gerais um avanço, mesmo que em dados estatísticos alinhados à Política EE estadual e nacional.

Para analisar o número de matrículas por categoria do PAEE, produzimos o Gráfico 2 que compara os anos de 2008 e 2018 para cada categoria e a Tabela 2 que demonstra o crescimento geral das matrículas, também por categoria específica do PAEE.

Gráfico 2. Número de Matrículas na Educação Especial por Tipo de Necessidade Educacional Especial (NEE) no Estado de Rondônia (2008-2018)



Fonte: CORRÊA; PINHEIRO; OLIVEIRA (2020) com base nas Sinopses Estatísticas Censo da Educação Básica do INEP – 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018

Analisando o Gráfico 2, podemos notar que a Deficiência Intelectual possui o maior número de matrículas nos dois anos e aparenta ter um crescimento diferenciado se relacionarmos com as outras categorias. Já a categoria TGD, que possui o segundo maior número de matrículas em 2018, não constou no Censo Escolar de 2008, assim como a categoria Transtornos Invasivos do Desenvolvimento não foi computado no censo de 2018, logo não é possível afirmar se houve crescimento nessas duas categorias, considerando, inclusive a dificuldade da escola na indicação da condição de TGD.

Com intuito de analisar o número de matrículas por categoria do PAEE, produzimos a Tabela 2, que faz uma comparação de indicadores de matrícula entre os anos de 2008 e 2018. Para isso, com base em Sweeney; Williams; Anderson (2015) a função de distribuição hipergeométrica foi utilizada, por ser a mais indicada, considerando o período de 10 anos eleito para análise. Para calcular a taxa de crescimento no intervalo de tempo de 2018 em relação a 2008, foi utilizada a equação (2):

Novamente é a taxa de crescimento, é o número de matrículas em 2018 e é o número de matrículas em 2008, os dados resultantes da análise figuram na Tabela 2, na qual pode ser observado o percentual de crescimento para todas as variáveis. Portanto, utilizamos apenas os dados desses dois anos (2008 e 2018), obtendo um crescimento geral, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2. Tipos de necessidades educacionais especiais⁹, conforme planilha da Sinopse Educação Básica Censo 2018, no Estado de Rondônia (2008-2018)

Tipo de Necessidade Especial	2008		2018		Crescimento
	Matrículas	%	Matrículas	%	
Cegueira	61	1,13%	91	0,60%	4,08%
Baixa Visão	81	1,50%	887	5,85%	27,04%
Surdez	193	3,58%	232	1,53%	1,86%
Deficiência Auditiva	221	4,10%	379	2,50%	5,54%
Surdocegueira	0	0,00%	2	0,01%	-
Deficiência Física	437	8,11%	1.391	9,17%	12,28%
Deficiência Intelectual ¹	3.514	65,24%	8.848	58,36%	9,67%
Deficiência Múltipla	879	16,32%	973	6,42%	1,02%
TGD ²	-	0,00%	1.741	11,48%	-
Transtornos Invasivos do Desenvolvimento	227	4,21%	-	0,00%	-
Altas Habilidades/ Superdotação	0	0,00%	618	4,08%	-
Total	5.386	100	15.162	100	10,90%

Fonte: CORRÊA; PINHEIRO; OLIVEIRA (2020) com base nas Sinopses Estatísticas Censo da Educação Básica do INEP (2008-2018)

Podemos observar na Tabela 2, que o maior número de matrículas, refere-se à Deficiência Intelectual representando 65,24% (do total de matrículas da educação especial) em 2008 e 58,36% em 2018, com crescimento 9,67%. Tais indicadores podem estar relacionado as dificuldades em identificar e avaliar alunos com deficiência, como destaca Oliveira (2018, p. 51):

Muitas pesquisas que investigaram o processo de inclusão escolar na área de deficiência intelectual vêm apontando as dificuldades inerentes à organização do sistema educacional

⁹ Nomenclatura utilizada no Censo escolar como referência ao PAEE.

em tratar adequadamente da temática, desde a questão da identificação, diagnóstico, até questões de ordem puramente pedagógica – de avaliação, ensino e aprendizagem.

Em 2008, o segundo maior número de matrículas, refere-se à Deficiência Múltipla, com 16,32%, e em 2018 refere-se à TGD, com 11,48%. Em relação à Deficiência física, essa categoria está na terceira posição, tanto em 2008 quanto em 2018, com 8,11% e 9,17% respectivamente. Outro dado importante: enquanto o número de matrículas da categoria Baixa Visão obteve maior crescimento, com 27,04%, portanto teve maior crescimento numérico. Essa taxa de crescimento é maior devido a variação das matrículas entre um ano e outro o que na Deficiência intelectual a taxa de crescimento é menor, por ser uma área que já apresentava concentração de matrículas em 2008. Quanto ao número de matrículas referente à Deficiência física aumentou 12,28% de 2008 para 2018.

Com relação a categoria Transtornos Invasivos do Desenvolvimento só apareceu na planilha do Censo Escolar de 2008, e no período do estudo teve um número de matrículas equivalente a 227, que representou 4,21% do total de matrículas na Educação Especial. Diante dos resultados apresentados, é fato afirmar que são atribuídos diferentes significados ao conceito de inclusão escolar, por isso, concordamos com Góes e Laplane (2013, p. 2) quando destacam que:

As dificuldades e os desafios postos pela inclusão escolar são das mais variadas ordens e estão ligados à organização da nossa sociedade, aos valores que nela prevalecem, às prioridades definidas pelas políticas públicas, aos meios efetivamente disponibilizados para a implantação dessas políticas, aos fatores relacionados à formação de docentes, às questões de infraestrutura e aos problemas vinculados à especificidade das diferentes condições que afetam o desempenho acadêmico e a formação pessoal de sujeitos que apresentam deficiências ou outras características que os introduzem na categoria de alunos especiais.

Tendo em vista os aspectos observados, há muito ainda a ser feito, no que diz respeito à matrícula e atendimento aos alunos PAEE em âmbito Nacional, mas também no Estado de Rondônia, [...] pois, como bem afirma Rodrigues et al. (2016, p. 1061), “a representatividade de matrículas do PAEE no ensino regular, em relação ao total de alunos da educação básica, ainda é muito pequeno, considerando o investimento do Estado em política e legislação, bem como, em financiamento”.

Considerações Finais

Considerando o objetivo inicial de analisar os indicadores de matrícula dos alunos PAEE, na rede regular de ensino do Estado de Rondônia, Amazônia Ocidental, entre 2008-2018 e relacionar pontos e contrapontos com base na literatura estudada, podemos destacar alguns aspectos que, parece-nos, presentes nas pesquisas que foram mapeadas por meio do estudo bibliográfico, apresentado no texto.

Um deles refere-se, justamente, a dificuldade de mapear todas as categorias do PAEE, o que se evidencia na dispersão terminológica e conceitual dos estudos em tela, uma vez que alguns estudos tratam mais especificamente das pessoas com deficiência e não mencionam de forma explícita a categoria de deficiência, e poucos estudos tratam dos TGD e das altas habilidades/superdotação. Isso demonstra que, não raras as vezes, a situação de deficiência tem sido mais estudada do que as outras condições também presentes na conceituação de PAEE.

Outro ponto analisado, refere-se à diminuição de matrículas em escolas ou classes exclusivas (ou especiais), tanto nos dados gerais brasileiros, quanto no Estado de Rondônia, exceto o Rio Grande do Sul que apresentou um aumento, relacionado à ampliação de matrículas, nas classes especiais de EJA, considerando a variável tipo de deficiência (deficiências visual, au-

ditiva, mental/intelectual, física). Certamente, esse seria um ponto satisfatório, contudo, como contraponto, ao tratar de dados estatísticos esbarramos no seu limite numérico ou percentual, o qual não nos possibilita conhecer como tem se dado o processo de escolarização dos PAEEs, seja em classes comuns ou exclusivas, uma vez que o espaço em si não garante que as barreiras de aprendizagem têm sido enfrentadas para que eles possam acessar devidamente o espaço educacional e a proposta curricular da série ou ano que está matriculado.

A tabela 2 que apresenta o quantitativo de matrículas de 2008 e 2018 e a taxa de crescimento em cada categoria do PAEE, aponta questões relevantes a serem observadas: o número de alunos considerados com deficiência intelectual e pequena taxa de crescimento em todas as categorias no período de dez anos. A mais alta é a na área da deficiência visual, em relação aqueles com baixa visão, entretanto, se olharmos para o indicador de matrícula, observaremos que, em 2008, apenas 1,5% desse alunos matriculados nas escolas do Estado de Rondônia, portanto uma variação de 27% no crescimento de matrículas significa, ainda, que muitos deles podem não terem conquistado a garantia, ao menos, à matrícula.

A notificação de deficiência intelectual tem sido discutida na literatura e, em muitos casos, representam, em média, 50% das matrículas relacionadas ao PAEE (OLIVEIRA; PRIETO, 2020), o que nos permite questionar o processo de identificação e diagnóstico dessa categoria e, por outro lado, a sub-representação dos TGDs, que após 2012, com a publicação da Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012), e a substituição terminológica e conceitual para Transtorno do Espectro Autista (TEA), da mesma forma que a deficiência intelectual, começam a impulsionar a representação de boa parte das matrículas do PAEE, inclusive na educação infantil.

Por fim, podemos afirmar que a situação do Estado de Rondônia se assemelha a situação nacional, com as mesmas tendências e os mesmos desarranjos, com indicadores gerais, sem o estudo da evolução das matrículas que nos permitissem observar o movimento do PAEE em seu processo de escolarização: matrícula-permanência-conclusão.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L. MACHADO, A. M. N. (org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escritas de teses e dissertações**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC: São Paulo: Cortez, 2006.

BALBINOT, A. D. Análise de indicadores de evolução da educação especial no estado do Espírito Santo entre 2005 e 2013. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 4, p. 267-272, out. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/9627>. Acesso em: 17 de mar. de 2020.

BALBINOT, A. D.; HAUBERT, A. Análise de matrículas como Indicadores da Evolução da Educação Especial no Estado do Rio De Janeiro. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, v. 09, n. 19, p. 663-673, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/560>. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDBEN nº 9.394/96,

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília, 2001.

BRASIL, SEESP/MEC. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE 2012** extensão territorial. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>.

Acesso em: 16 de mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília - DF: MEC, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 15 de jan. de 2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / **IBGE, Coordenação de Geografia**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

CASTRO, V. D. B. **Inclusão escolar no período de 2009 a 2013 sob a perspectiva das matrículas no censo escolar no Brasil**. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123772>. Acesso em: 17 de mar. de 2020.

CELLARD, A. Análise Documental. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**/Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

CRUZ, R. A. Silva; MARTINS, L.S. Indicadores de acesso e de permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino fundamental no estado de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 108-122, oct. 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5372>. Acesso em: 17 de mar. de 2020.

GÓES, C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.) **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. 4ª ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea)

GOESSLER, D. C. B. **As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná: uma análise dos indicadores do censo escolar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000210514>. Acesso em: 17 de mar. de 2020.

HAAS, C.; GONÇALVES, T. G. G. L. Em Tempos de democratização Do Direito à Educação: Como Têm se Delineado As Políticas De Acesso À EJA aos Estudantes com deficiência no Rio Grande Do Sul?. **Rev. bras. educ. espec., Marília**, v. 21, n. 4, p. 443-458, dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000400443. Acesso em: 17 de mar. de 2020.

HAAS, C.; SILVA, M. C.; FERRARO, A. R. Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à educação. **Educ. Pesqui., São Paulo**, v. 43, n. 1, p. 245-262, Mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000100245. Acesso em: 12 de mar. de 2020.

LAPLANE, A. L. F. Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na Escola. **Cad. CEDES, Campinas**, v. 34, n. 93, p. 191-205, Mai 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622014000200191. Acesso em: 12 de mar. de 2020.

LAPLANE, A. L. F. O que os dados do censo escolar revelam sobre as barreiras à inclusão? **Educação e Fronteiras On-line**, Dourado-MS, v. 5, n. 13 p.7-20, maio/ago. 2015. ISSN 2237-258X.

MACALLI, A. C. **Trajetória escolar de alunos com deficiência: matrículas do censo escolar.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8929>. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

MACALLI, A. C.; GONÇALVES, T. G. G. L.; CAIADO, K. R. M. Fluxo escolar de alunos com deficiência em um município: o que revelam os dados oficiais. **Revista Educação Especial, Santa Maria**, p. e14/ 1-20, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28212>. Acesso em: 17 de mar. de 2020.

OLIVEIRA, A. A. S. **Conhecimento Escolar e Deficiência Intelectual: dados da realidade.** Curitiba: CRV, 2018.

OLIVEIRA, A. A. S. ; PRIETO, R. G. Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e a atuação com a diversidade do público-alvo da Educação Especial. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2020 (no prelo).

PRETI, J. L. **O desafio da universalização da Educação Básica no contexto das políticas educacionais para a Educação Especial.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000218845>. Acesso em: 17 de mar. de 2020.

REBELO, A. S.; KASSAR, M.de C. M. Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1974-2014). **Est. Aval. Educ.** São Paulo, v. 29, n. 70, p. 276-307, jan/abr., 2018.

RODRIGUES, M. de S.; POSSA, L. B.; LOP, C. S.; ROSA, D. F. Um olhar para inclusão do público-alvo da Educação Especial no ensino regular a partir do Censo escolar. **Journal of Research in Special Educational Needs**, 16 1061–1066, 2016 NASEN. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12250>. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

SÃO PAULO, Secretaria da Educação. **Resolução SE nº 11, de 31 de janeiro de 2008.** Dispõe sobre a educação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede estadual de ensino. São Paulo, 2008c. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/11_08.HTM?Time=8/27/2012%20:37:41%20PM. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A.; ANDERSON, D.R. **Estatística Aplicada à administração e economia.** Trad. Solange Aparecida Visconti. 3. ed. brasileira. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

Recebido em 29 de março de 2020.

Aceito em 13 de julho de 2020.